

RELATÓRIO 11/2016**17/08/2016**

Local: Sede da ASCT

Data: 16 e 17 de agosto de 2016

ENTIDADES PRESENTES: AFINCA, APOSEN, ASCAPES, ASCON-DF, ASCON-RJ, ASCT ASSEC-MG, ASSEC-RJ, ASSIMPA, ASSINT, FUNDAJ e SINDCT.**ATIVIDADES****1) Comissão de Avaliação de políticas públicas de C&T**

O Fórum de C&T se mostrou muito preocupado com a instituição da Comissão de Avaliação e de Acompanhamento de Projetos e Programas em Ciência, Tecnologia e Inovação, publicada no DOU de 27 de julho de 2016. As diversas falas sobre o assunto refletem o quanto é vago o escopo dos trabalhos que deverão ser executados por esta comissão. Sua constituição deve ser observada de perto, dado o seu poder de vetar ou estimular atividades com reflexos diretos à soberania dos institutos de pesquisa, muitas vezes desconhecidos dos avaliadores de plantão, geralmente advindos da academia.

Houve citação do Prof. Dr. Luiz Davidovich, presidente da ABC, que declarou se negar a compor semelhante comissão enquanto não se discuta a recomposição do financiamento da C&T.

O Fórum de C&T entende que seria ingerência da academia decidir sobre direcionamento de verbas, investimentos etc, ocupando um espaço que deveria ser da área técnica do MCTI. Sob o termo de “academicização” das Pós-graduações, foi citada a forma como se desvirtuam os programas de formação dos Institutos Públicos, através de bolsa Produtividade em Pesquisa do CNPq que, apesar de conseguirem movimentar os institutos, o fazem de forma geralmente desarticuladas da missão institucional. Há inúmeros laboratórios sem utilidade ao término de projetos.

2) Pacote de medidas prejudiciais ao trabalhador

O Fórum de C&T enumerou os projetos que são prejudiciais à atividade de C&T e aos trabalhadores:

- PEC 241 – com o PLP 257 – congelamento de pessoal e arrocho salarial por 20 anos;
- PEC 130 – acaba com o abono permanência, o que agravará a situação da força de trabalho dos institutos públicos;
- PEC 122 – privatiza a atividade nuclear;
- Reestruturação dos institutos;
- Reforma da Previdência.

Houve críticas imobilidade e desarticulação do Fórum com indicações de que atue no sentido de encaminhar denúncias à sociedade; articular com centrais trabalhistas, sindicatos gerais e Condsef; estudar os temas, mobilizar a categoria.

Foi debatida a dificuldade de mobilização com citação da baixa participação dos servidores em assembleias que trataram dos problemas da GQ e GDACT, que impactavam diretamente os salários. Foi sugerida a condução de seminários e debates, em que se mesclam temas de interesse imediato e individual (mudança do regime previdenciário) com outros coletivos, estruturantes, de impacto às carreiras e às atividades.

3) Reunião com a SEEXEC do MCTI(C)

O Fórum de C&T se reuniu com o Secretário Executivo do MCTIC quando foram discutidos os seguintes assuntos.

3.1) Erro na folha de pagamento dos servidores

O Fórum de C&T solicitou intervenção do MCTIC para tentar evitar que servidores sejam prejudicados pela parametrização equivocada da folha de pagamento enviada as UP que pagam apenas 50% da GDACT, além de não atualizarem as GQ e RT pelo índice de 5,5%.

Houve reunião com o Secretário Executivo, Elton Zacarias, que ligou para o MPOG e falou com o Secretário de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho, Augusto Akira Chiba, para tentar extensão de mais um dia de disponibilidade da folha de pagamento para corrigir manualmente os lançamentos, conforme orientado pelo próprio MPOG. Chiba afirmou não conhecer o assunto, ficou de se informar e retornar ao MCTIC sobre as providências. Não houve contato com a secretaria do Fórum, nem do MPOG nem do MCTIC. Mais tarde, no mesmo dia, José Borges de Carvalho Filho, da Coordenação-Geral de Negociação e Relações Sindicais – CGNES, por telefone, afirmou que contactaria Chiba e verificaria se haveria dilação do prazo ou nova janela para operação da folha.

No dia 19, quinta-feira, já em São José dos Campos, Borges orientou que o Chefe de RH entrasse em contato com o setor competente para obter informações sobre alternativa de solução. O expediente caiu no vazio, não surtiu efeito e ninguém mais atendeu a tentativas de contato. No DCTA, aproximadamente 600 pessoas ficaram sem metade da GDACT e sem correção da GQ e RT.

Esta extrema falta de respeito com os servidores deve ser expressamente reclamada. As diferenças salariais só terão pagas no próximo mês. O mínimo que o MPOG deveria fazer é pagar em folha suplementar o que é de direito dos servidores, prejudicados por falha do sistema deles mesmos.

3.2) Reestruturação do MCTIC e Comitê de Busca

O Fórum de C&T reclamou com Elton Zacarias sobre a reestruturação encaminhada ao MPOG sobre dois aspectos: Escola de Governo e Comitê de Busca.

O Fórum informou que já havia sido negociada uma coordenação voltada à formação e estruturação de RH, que desapareceu, não consta no documento. O secretário alegou que constará no regimento interno, porque a estrutura teve que ser rebaixada em função de metas exigidas para a reestruturação.

Sobre a constituição de comitês de busca, o Fórum reclamou da ausência de representação de servidores no processo de escolha de dirigente de UP. Informou que já apresentou proposta de mudança do regimento e que as negociações tinham avançado neste sentido, mas ignorada no documento de reestruturação. O Fórum informou que já havia convencido ministros anteriores, que por diversas ocasiões acataram à solicitação, mas o assunto precisa ser regulamentado.

Foi reclamada sobre equívocos na reestruturação quanto a estruturas que deveriam ser classificadas como FCPE, mas foram formalizadas como DAS e vice-versa, que o assunto poderia ter sido discutido com os servidores, a fim de que áreas técnicas, de cunho estratégico fossem distinguidas mais apropriadamente e preservadas. Isto aconteceu na estrutura do MCTI e está ocorrendo também nas instituições e UP.

O Secretário informou que os assuntos poderiam ser discutidos posteriormente, mas que presentemente não haveria como implementar mais qualquer mudança porque a forma final já está na Casa Civil para consolidação.

Foi solicitado ao Secretário que abra agenda de reunião com o Fórum para a discussão destes e de outros assuntos. Ele concordou com a indicação dos dias 30 ou 31 de agosto. O Fórum encaminhará solicitação formal.

Fórum recebe manifesto da base da ASCON-RJ, ASCON-Belém e AFINPI

Acusamos recebimento de manifesto assinado por três entidades, ASCON-Rio, ASCON-Belém e AFINPI, anexa. O documento já foi postado na lista de comunicação das lideranças do Fórum de C&T e, por mal entendido da secretaria, não compôs o texto da versão anterior deste relatório. O tema foi discutido e acatado. Não há controvérsia quanto aos princípios basilares da constituição do Fórum de C&T elencados no documento, que estariam ameaçados por deliberações sem consulta às bases.

Deliberações

As entidades devem buscar, a partir do documento enviado pela ASCT, avaliar as mudanças que acontecerão nas instituições. Isto seria uma preparação para pleitear participação do Fórum nas mudanças regimentais.

O Fórum deve solicitar acento em todas as comissões que tratem de assuntos da C&T: comissão de avaliação de projetos; de escolha de dirigentes de instituições, CPC e outros.

Buscar aproximação de entidades como ABC, SBPC, Consect, Fortec, Ampei a fim de articular ações conjuntas no que se refere à comissão de avaliação e acompanhamento de projetos de C&T.

Estudar os temas referentes ao pacote de medidas prejudiciais aos trabalhadores e contatar Centrais Trabalhistas, Sindicatos Gerais, a Condsef a fim de incluir o Fórum de C&T em mobilizações gerais em defesa dos direitos dos servidores.

Conversar com os dirigentes dos institutos públicos.

Avaliar a deflagração de uma mobilização nacional, a partir de participação do Fórum de C&T em debates, palestras e seminários nas bases das entidades.

Realizar seminário do Fórum. Indicativo de data e local: segunda semana de novembro, em Recife.

CONVOCATÓRIA

O Fórum voltará a se reunir em 30 e 31 de agosto de 2016.

Local: Sede da ASCT



Ivanil Elisiário Barbosa - Relator